

RECEBI O ORIGINAL  
Em 21/06/2023  
Manaus AM



**AMAZONAS**

GOVERNO DO ESTADO

IPAAAM  
Nº 208  
ASS. G.

## LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 178/16-04

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: R. J. C. Santiago Neto - ME**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Av. Gusmão, nº 1885, Centro, Humaitá-AM

**CNPJ/CPF:** 21.752.954/0001-20

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**FONE:** (92) 3213-7058

**FAX:**

**REGISTRO NO IPAAM:** 0702.0119

**PROCESSO Nº:** 0570/T/16

**ATIVIDADE:** Lavra a céu aberto sem beneficiamento pelo método de dragagem.

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Leito do Rio Madeira, nas coordenadas geográficas: **P1-07°31'43,52"S e -62°59'59,27"W; P2-07°31'43,52"S e -62°59'56,00"W; P3-07°31'59,47"S e -62°59'56,00"W; P4-07°31'59,47"S e -62°59'59,27"W**, conforme processo **ANM nº 880.113/2017**, Humaitá-AM.

**FINALIDADE:** Autorizar a lavra de areia, leito do rio em uma área de 4,90 ha.

**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Grande

**PORTE:** Médio

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 01 ANO

### Atenção:

- Esta licença é composta de 18 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

21 AGO 2023

Rosa Mariette Oliveira Geissler  
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente



## RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 178/16-04

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0570/T/16**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
8. Proteger a flora e a fauna conforme estabelece a Lei nº 5.197/1967;
9. É expressamente proibido o represamento e assoreamento dos corpos d'água existentes na área do empreendimento, devendo a transposição de corpos d'água ser realizada mediante autorização deste OEMA.
10. Paralisar imediatamente a atividade, quando da ocorrência de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento, e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM.
11. O empreendedor deverá otimizar o máximo a redução de rejeitos lançados no corpo d'água bem como estes deverão ser dispostos em profundidades compatíveis com a dispersão destes em relação ao ponto de recepção de corpo d'água;
12. Cumprir o estabelecido no PCA, de acordo com o cronograma físico.
13. Cada balsa e draga ou par de máquinas deve ter uma placa de identificação contendo o número da Licença do IPAAM, da Licença da ANM, nome do proprietário e inscrição ou registro na Capitania dos Portos, se for o caso;
14. Os equipamentos flutuantes utilizados no processo de lavra mineral devem possuir sinalização noturna, e sua disposição, ao longo do rio, deve estar distribuída em conformidade com as normas de segurança da navegação e da Autoridade Marítima.
15. Apresentar semestralmente, o Relatório de Controle Ambiental da atividade, acompanhado de registro fotográfico e ART do responsável técnico.
16. Apresentar a este IPAAM, quando do vencimento, o Registro de Licença da Agência Nacional de Mineração – ANM.
17. Apresentar, quando da renovação da Licença de Operação, os seguintes documentos:
  - a) Os dados relativos ao monitoramento dos parâmetros físico-químico: ph, turbidez, temperatura, cor, óleos e graxas, nitrito e nitrato;
  - b) Cadastro Técnico Federal – CTF, emitido pelo IBAMA.
18. Transportar substâncias minerais acompanhada de cópia da L.O